

Economistas ou mágicos?

Maria Aparecida
Grendene de Souza*

Estranhos tempos os que vivemos, nós economistas. Responsabilizados pelos descaminhos da economia e da sociedade brasileiras como se, detentores de um "poder mágico", definíssemos, com base numa Ciência Econômica positiva, o quadro de prosperidade ou de depressão da realidade econômica, o nível dos recursos e a própria ação dos agentes sociais. Identificados, enquanto categoria, com as decisões de uma equipe econômica, como se existisse um saber unívoco no campo da Economia, ou, o que é pior, uma única alternativa, independente das escolhas e posturas políticas. Diante da evidência das discordâncias entre economistas de diferentes formações sobre o que deve ou o que pode ser feito frente à crise em que o país se encontra, a acusação de que os economistas são a tradução moderna da Torre de Babel. Ou seja, não têm uma "receita", que deveriam ter, e não se entendem nas suas soluções.

A partir de tais pressupostos, e como a realidade que se vive no país é altamente insatisfatória, a conclusão inevitável: os economistas são uma farsa e devem ser excluídos da condução dos negócios nacionais.

Obviamente que a reflexão mais elementar detecta nesse quadro alguns elementos interessantes para a análise, além da imaturidade básica que o caracteriza e que consiste, mais uma vez, na incapacidade de "olhar o negativo de frente" e na opção pela escolha de um grande "pai" culpado, no caso, os economistas. Algo assim como responsabilizar os médicos pelas epidemias que grassam no país, os advogados pelo regime de exceção em que vivemos até bem pouco tempo.

Em primeiro lugar, o fato de que as "soluções" econômicas, como todas as que derivam de uma ciência social, são mediadas pelo político. Ou seja, não são soluções autônomas, mas inter-relacionadas no universo social. Isto significa que, além de não serem "únicas" como a solução de um problema matemático, por exemplo, dependem, em seus resultados, das medidas tomadas em áreas complementares e de sua postura num universo político. Porque são "soluções" que distribuem ganhos e perdas para as diferentes camadas da sociedade e que, conseqüentemente, provocarão diferentes reações dessas camadas. Ora, como os economistas não dispõem de meios para impor reações, em última instância, o comportamento de alguns dos agentes atingidos poderá anular o de outros, tornando as medidas sem efeito em seus objetivos. Daí a fundamental importância da postura política, ou do compromisso, sobretudo dos segmentos detentores de real poder social.

Num sentido global, trata-se de ter claro que o caminho econômico está subbordinado ao projeto de Nação — explícito ou implícito — que se manifesta na ação dos agentes que o compõem (e que não chegam nunca, de fato, a serem substituídos pela ação de uma equipe econômica, por mais poder que ela concentre, a não ser que a mesma represente objetivamente os interesses hegemônicos num país). E que se tal caminho, se é definido pelos economistas, dependerá, nos seus resultados, do conjunto da sociedade, não se constituindo, por si só, num elemento que possa "salvar a Pátria" ou condená-la aos fracassos reiterados. Seria muito confortável se um plano econômico, tal como anunciado aos crédulos, pudesse ser uma única e certa bala para resolver os problemas do país. Tal simplismo salvador nada tem a ver com os economistas enquanto categoria, embora possa estar na boca de alguns deles. E é justamente por isso que o debate continua, entre as alternativas e opções que se poderiam fazer, diante do quadro da economia nacional, em sua história e, principalmente, tendo em vista a sociedade que se deseja. Nada a ver com Torre de Babel, apenas explicitação de que os economistas trabalham com o possível, não com o necessário, em termos de ciência. E que todos os caminhos trilhados se inseriram na busca de determinadas metas, dentro de uma visão social. Já se disse que não há política econômica inocente, exatamente no sentido de que ela sempre se faz em benefício de alguns objetivos e prejuízo de outros. Trata-se de identificar para onde devem se orientar os benefícios e esta é uma tarefa do político, do economista e do conjunto da sociedade.

Nesse sentido, é interessante recuperar a luta que a categoria vem desenvolvendo no sentido da implementação do novo currículo para os cursos de Economia, cujos objetivos são exatamente os de resgatar a ciência econômica em suas diferentes "visões de mundo", ou paradigmas — fora da homogeneidade pretendida por alguns, portanto — e, sobretudo, em seu caráter histórico e social. Ver a Economia como uma ciência que evolui, em função da evolução e da progressiva complexidade da sociedade e também como uma ciência cujas respostas são alternativas e não positivas, é um pré-requisito para que não se cometam equívocos como os que vivemos atualmente, quando aos economistas, colocados como um deus ex-machina, é atribuída a responsabilidade pelos fracassos e mazelas de uma sociedade.

* Economista, membro do Conselho Federal de Economia.